

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.838 - MG (2019/0299500-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : IGOR NUNES VALADARES (PRESO)
ADVOGADO : MARCELO HENRIQUE OLIVEIRA E SILVA MARQUES -
MG195482
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por IGOR NUNES VALADARES - preso cautelarmente por suposta infração ao art. 157, § 2º, II, Código Penal - contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.101808-4/000) que denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 74):

EMENTA: HABEAS CORPUS. ART. 157, § 2º, II, DO CÓDIGO PENAL. IRREGULARIDADE NO APFD. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. NOVO TÍTULO JUDICIAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. PRIMARIEDADE. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

- A superveniência de decreto preventivo configura novo título prisional, não se havendo falar em ilegalidade da prisão em flagrante.

- A censurabilidade e a gravidade da conduta justificam o decreto prisional amparado nos requisitos do art. 312 do CPP, inexistindo situação de constrangimento ilegal na manutenção do cárcere.

Nas razões do presente recurso, a defesa alega, em síntese, não estarem presentes os requisitos autorizadores da medida constritiva cautelar previstos no art. 312 do CPP, estando o decreto prisional fundado apenas em elementos próprios do tipo penal.

Defende ser suficiente, no caso, a aplicação das medidas cautelares alternativas.

Superior Tribunal de Justiça

Sublinha ser o réu primário, detentor de bons antecedentes e que até a presente data não houve sequer o oferecimento da denúncia.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito a revogação da prisão preventiva do recorrente.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada desnecessidade da prisão cautelar.

Isso porque, em princípio, a decisão impugnada encontra suporte na jurisprudência desta Corte, segundo a qual a gravidade concreta dos fatos é fundamento idôneo para decretação da prisão preventiva. Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. (...).

2. A segregação cautelar é medida excepcional, cabendo ao julgador interpretar restritivamente os pressupostos consignados na lei processual, fazendo-se mister a configuração dos referidos requisitos, sendo que razões outras desprovidas de cunho acautelatório não podem ser utilizadas para a imposição da medida constritiva.

3. No caso, a custódia preventiva decorreu da necessidade de

Superior Tribunal de Justiça

salvaguardar a ordem pública, diante da gravidade concreta do delito evidenciada pelo 'modus operandi' e sua suposta motivação (tentativa de homicídio, em tese encomendada pelo recorrente, mediante cinco disparos de arma de fogo, motivada por ciúmes de ex-mulher), fatores que revelam a periculosidade social do agente.

4. Ameaças de morte efetuadas pelo recorrente contra a vítima e seus familiares do mesmo modo são suficientes para a manutenção do decreto preventivo, haja vista a necessidade de garantir a conveniência da instrução criminal.

5. Hipótese em que a prisão cautelar não foi efetuada até o momento em razão de o acusado estar em lugar incerto, o que demonstra o intuito de se furtar ao cumprimento da norma penal.

6. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido. (RHC n. 60.858/MT, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe 1º/10/2015).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator